



**UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DA GRADE CURRICULAR NA
ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RENATO AZEREDO**

Belo Horizonte

2011

LUIZ PAULO DO CARMO MOURA

**UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DA GRADE CURRICULAR NA
ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RENATO AZEREDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Maria Angélica Araújo Ribeiro

Belo Horizonte

2011

LUIZ PAULO DO CARMO MOURA

UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DA GRADE CURRICULAR NA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RENATO AZEREDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Maria Angélica Araújo Ribeiro (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha filha Paula
Loureiro Moura que foi essencial em
minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos membros da escola de gestores pela oportunidade de crescimento cultural e profissional que me proporcionaram e principalmente aos professores Hormindo, Marcio, Viviane e Maria Angélica por terem me acompanhado nesta caminhada.

"Ama-se mais o que se conquista com esforço."

Benjamin Disraeli

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo levantar questionamentos sobre a organização da grade curricular das escolas da Rede Estadual de Ensino em particular da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo. Esta organização curricular é recomendada pela Secretaria de Estado de Educação e a escolha dentro da escola é feita por opção dos alunos por área de conhecimento, (humanas, biológicas ou exatas) e sendo realizadas na tentativa de se reduzir a evasão e melhorar a qualidade do ensino.

Palavras-chaves: Escola, Currículo, Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	DESENVOLVIMENTO.....	11
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18
5	ANEXO	19
	Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo	19

Introdução

O currículo da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo é considerado como sendo o coração da escola, pois é através dele que os vários conteúdos a serem ministrados serão distribuídos durante os anos letivos.

Segundo COSTA (2010, p. 138) “O currículo em seu bojo expressa a centralidade das políticas educacionais, manifestadas através das intenções, tensões e/ou contradições sociais ideológicas, econômicas, entre outras.” A E.E. Dep. Renato Azeredo se preocupa com isso e planeja seu currículo por área de conhecimento.

Os professores e os administradores da escola planejam e atribuem prioridades, reorganizam os conhecimentos, intervindo assim na construção coletiva do currículo buscando uma melhor qualidade do ensino.

Segundo os PCNs, os conteúdos devem ser tratados como meios para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir bens culturais, sociais e econômicos

Os conteúdos e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola se realizam. Dessa forma, a seleção, a organização e o tratamento que será dado aos conteúdos devem ser precedidos de grande discussão pela equipe escolar. No entanto, para que a aprendizagem possa ser significativa é preciso que os conteúdos sejam analisados e abordados de modo a formarem uma rede de significados. A seleção de conteúdos, pela equipe escolar, deve levar em conta sua relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno. Esses dois critérios podem guiar as escolhas que precisam ser feitas, em função das capacidades que se pretende desenvolver e da ampla gama de assuntos possíveis de serem tratados no âmbito de cada área de conhecimento.

É observado que os alunos estão mudando, vivendo em mundo globalizado, onde a quantidade e a velocidade das informações são cada vez maiores. Sendo assim, é de fundamental importância rever os olhares diante deles e, sobretudo os conteúdos que lhes serão ofertados, pois certamente farão parte de suas vidas.

Segundo MOREIRA e CANDAL (1996) currículo é um campo de conhecimento pedagógico no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento, levando sempre em consideração a especificidade da escola, em meio a relações sociais, e a sua contribuição para a construção das identidades dos estudantes. Assim, associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

Para Sacristán (1998, p. 17), o currículo em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos,

é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentalização 'mais técnica', descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.

Na Escola Estadual Deputado Renato Azeredo adota-se tal concepção, porém a questão levantada diz respeito a eficácia da organização curricular das Escolas Estaduais que seguem a resolução SEE N° 1025 , de 26 de dezembro de 2007, uma vez que ao se dar ênfase a uma determinada área de conhecimento estaria retirando por determinado período alguns conteúdos que fazem parte das tradicionais grades curriculares.

Desenvolvimento

UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DA GRADE CURRICULAR NA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RENATO AZEREDO

A Escola Estadual Deputado Renato Azeredo apresenta um currículo como um fator de produção de sujeitos. Ele é elaborado com intuito de fornecer aos alunos conhecimento suficiente para torná-los cidadãos capazes de distinguir seus direitos e deveres para com a sociedade, além de saber criticar e participar da vida social.

Segundo Arroyo (2007) o currículo pode ser situado como um produto histórico, resultado dos saberes e movimentos contraditórios, explicitados ou não, nas forças sociais, políticas e pedagógicas. Nesse sentido o currículo torna-se importante para a condução do trabalho do educador, possibilitando a construção do saber e a inclusão social.

A diferença entre o currículo para o ensino fundamental e médio é baseado do Conteúdo Básico Comum (CBC) criado para atender a rede estadual de ensino. Nele estão expressos os aspectos fundamentais de cada disciplina, que não devem deixar de ser ensinadas e também estão indicadas as habilidades e competências que os alunos devem adquirir e desenvolver dentro de cada conteúdo.

Arroyo (2007) argumenta que o currículo, os conteúdos, seu ordenamento e adequação, suas hierarquias e cargas horárias, são o núcleo fundamental e estruturante do cotidiano da escola, do tempo e espaço, das relações entre professores e alunos e da diversificação que se estabelece entre os professores.

Nesse sentido a grade curricular é de extrema importância para a organização e seqüenciamento dos conteúdos dentro das áreas de conhecimento pelos quais os alunos são submetidos no decorrer dos vários anos letivos.

De acordo com COSTA, (2000, p. 119) a definição de regras e normas curriculares:

Envolve uma mudança de ênfase, do dar prioridade à transmissão de conhecimentos sistematizados e compartimentados, para uma construção ativa de conhecimentos localizados. Apenas através dessa mudança poderão os alunos começar a viver o ensino e a aprendizagem nas escolas como um processo aberto, que reconhece, valoriza e desenvolve as suas capacidades de moldarem as suas condições de vida.

Ao determinar os conteúdos programáticos, percebe-se o que queremos; que cidadãos queremos formar, qual o nosso papel e o da escola, sempre lembrando que o currículo possui caráter social político e ideológico.

Levando em conta a característica, o interesse e a necessidade da clientela, a escola poderá optar por uma estrutura curricular com ênfase em uma área de conhecimento (humanas, biológicas ou exatas), podendo ainda, formar turmas com currículos diversificados nas áreas do conhecimento, dependendo da demanda ou da necessidade de aprendizagem dos alunos.

O que o aluno pode aprender em determinado momento da escolaridade depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e do ensino que recebe. Isto é, a intervenção pedagógica deve-se ajustar ao que os alunos conseguem realizar em cada momento de sua aprendizagem, para se constituir verdadeira ajuda educativa. O conhecimento é resultado de um complexo e intrincado processo de modificação, reorganização e construção, utilizado pelo aluno para assimilar e interpretar os conteúdos escolares. (Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução - pag. 51) FERNANDES e FREITAS (p. 37)

Através da resolução SEE nº 1025, de dezembro de 2007, o Estado institui e regulamenta a organização curricular ou grade curricular a ser implantada nos cursos do ensino médio das unidades de ensino da rede estadual de educação conforme síntese descrita abaixo:

- A nova organização curricular será implantada progressivamente, iniciando com os alunos matriculados no 1º ano em 2008.

- A nova organização curricular do ensino médio atenderá de modo diversificado os alunos matriculados no ensino regular, na educação de jovens e adultos e nos projetos de aceleração dos estudos.

- A nova organização curricular do ensino médio apresenta uma estrutura comum a todas as alternativas de ensino, observando-se a seguinte estrutura:

a) No 1º ano, obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC), acrescido de uma língua estrangeira moderna.

b) No 2º ano, organização, por opção da escola, de ênfases curriculares em áreas de conhecimento, com aprofundamento no CBC.

c) No 3º ano do ensino médio regular, organizações por opção da escola em ênfases curriculares visando o aprofundamento de estudos nas áreas específicas de conhecimento.

d) Obrigatoriedade da inclusão do currículo do ensino médio, dos conteúdos Filosofia e Sociologia, cuja oferta será da seguinte forma:

* Duas aulas semanais por componente curricular.

* Somente um componente curricular por ano.

- A escola, poderá apresentar proposta curricular diferenciada a partir do segundo ano, considerando a característica, o interesse e a necessidade da clientela.

- A proposta curricular, deverá considerar na sua organização o máximo de oito (8) componentes curriculares anuais, dentre os quais constará necessariamente o estudo de Língua Portuguesa e da Matemática em todos os anos.

- A carga horária diária do ensino regular noturno será de cinco (5) módulos de quarenta (40) minutos.

- A carga horária do professor será de cinquenta (50) minutos, sendo que dez (10) minutos serão destinados à orientação das atividades complementares dos alunos.

- A partir do segundo ano do ensino regular, poderá ser oferecido o estudo do Espanhol para os alunos da área de ciências humanas, desde que a escola disponha ou possa designar pessoal habilitado.

- A organização dos turnos por áreas de conhecimento observa:

* No segundo ano, fica assegurado ao aluno com desempenho igual ou superior a 70% em todas as disciplinas no primeiro ano a livre opção para sua área de interesse,

* Indicação por parte da escola, das áreas de conhecimento ao aluno com desempenho inferior ao mencionado acima.

* No terceiro ano, livre opção dos alunos para sua área de interesse.

- Terão prioridade no ensino médio diurno os alunos que apresentem idade-série na faixa etária própria do nível de ensino.

Desta forma, os alunos da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, realizam sua opções de acordo com o quadro abaixo:

ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RENATO AZEREDO

MUNICÍPIO – CONTAGEM

QUADRO CURRICULAR – Ensino Médio – Vigência 2010

LDB nº9394/96 – Res. SEE/MG nº1025/07- Res. SEE/M G nº1255/08

Legenda: M/S módulo aula semanal; M/A módulo aula anual; CHA carga horária anual.

Áreas de Conhecimento			1º Ano - 2010			2º ano - 2010			3º Ano - 2010		
						Ciências Humanas			Ciências Exatas		
			M/S	M/A	CHA	M/S	M/A	CHA	M/S	M/A	CHA
Base Nacional / Comum	Linguagens, códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa	04	160	133:20	04	160	133:20	04	160	133:20
		Educação Física	02	80	66:40	01	40	33:20	02	80	66:40
		Arte	02	80	66:40						
	Ciências da natureza e suas tecnologias	Matemática	03	120	100h	04	160	133:20	04	160	133:20
		Física	02	80	66:40				04	160	133:20
		Química	02	80	66:40	02	80	66:40	03	120	100h
		Biologia	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40
	Ciências humanas e suas tecnologias .	Geografia	02	80	66:40	04	160	133:20			
		História	02	80	66:40	04	160	133:20			
		Filosofia	01	40	33:20	01	40	33:20	02	80	66:40
		Sociologia	01	40	33:20	01	40	33:20	02	80	66:40
	SUB - TOTAL		23	920	766:40	23	920	766:40	23	920	766:40
Parte Diversif	Linguagens, códigos e suas tecnologias	L.E. M. - Inglês	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40
		Língua Espanhola	02	80	66:40						
SUB - TOTAL		04	160	133:20	02	80	66:40	02	80	66:40	
TOTAL		27	1080	900h	25	1000	833:20	25	1000	833:20	

Fonte: Quadro adaptado pela secretaria da E.E. Dep. Renato Azeredo

O Estado de Minas Gerais ao programar o projeto de construção da grade curricular com ênfase nas áreas de conhecimento faz uma experiência, buscando assim através da escolha dos alunos, tornarem a escola mais atraente reduzindo a evasão e buscando uma melhor qualidade do nosso sistema de ensino.

Os alunos que realizam as suas opções por área de conhecimento devem estar cientes do que isso pode acarretar durante o segundo e o terceiro ano durante sua formação.

No caso específico da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, a grade curricular do segundo ano tem ênfase em ciências humanas e do terceiro ano possui ênfase em ciências exatas, não havendo opção para ciências biológicas.

Ao fazer a opção por ciências humanas no segundo ano os alunos ficaram sem o conteúdo de Física e no terceiro ano ao optar por ciências exatas os alunos ficavam sem aulas de Geografia e História. Desta forma fica a pergunta: Ao se perder o contato com determinados conteúdos durante o período de um ano, esses alunos não seriam prejudicados em um eventual concurso, uma vez que os alunos das escolas particulares possuem todas as disciplinas durante todos os anos, e os da rede estadual não? O princípio da igualdade não estaria ameaçado, uma vez que a maior parte dos alunos é carente e não pode pagar um curso de reforço?

Tais respostas acredita-se que só poderão ser respondidas no próximo ano, se for feita uma pesquisa para avaliar o desempenho desses alunos em provas como, por exemplo, a do Enem.

Dentre as conseqüências observadas nessa nova organização curricular nota-se a diminuição de professores dentro da escola, fazendo com que alguns sejam priorizados com maior número de aulas e outros sendo substituídos e demitidos.

Em audiência pública realizada no dia 20 de maio de 2009 a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da Assembléia Legislativa de Minas Gerais se reuniram para discutir propostas para a grade curricular do Ensino Médio, contando com representantes da SEE, entidades estudantis e profissionais da educação.

A audiência atendeu ao pedido de estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que fizeram críticas à atual organização da grade curricular em áreas de conhecimento, uma vez que a mesma não contempla integralmente a cobrança de conteúdos dos vestibulares, sendo assim foi solicitado pelos estudantes o fim deste projeto. E para seu devido fim, ainda não se teve uma resposta da SEE.

Segundo Arroyo (1995) a experiência com o currículo é um processo formativo a todos que dele participam:

Tornar as escolas um espaço público ou espaços de direitos, de interesses coletivos, é um processo lento, mas que, através de experiências comprovadas, e a existência de Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente mostra que é possível a partir de uma gestão democrática que incentive e valorize a recuperação das vivências culturais das comunidades. (ARROYO, 1995, Revista Presença pedagógica, Apostila Formação de Dirigentes Escolares).

Portanto, as escolas precisam estar atentas às diversidades culturais e as suas manifestações precisam fazer parte do espaço escolar por meio de projetos que integrem as matérias pertinentes ao Currículo de cada escola. Segundo o mesmo autor, Arroyo (1985), a preocupação de nossas escolas com a renovação dos currículos e a revisão de seus conteúdos a fim de torná-los mais críticos, precisam também estar associadas à sensibilização dos profissionais envolvidos nos processos escolares de sua importância como formadores de valores, de criação de hábitos através da vivência dos processos pelos quais o currículo pretende ser desenvolvido. Experiências de sucesso foram conseguidas através de movimentos de renovação pedagógica onde se constrói uma “nova cultura curricular escolar e profissional”, desgraceando-a dos modelos convencionais.

Considerações Finais

De acordo com os alunos dos segundos e terceiros anos da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, existe uma rejeição pela nova forma de se organizar a grade escolar em áreas de conhecimento. Muitos se sentem prejudicados ao perder o contato com a Física, Biologia, História, Química e Geografia pelo período de um ano, por acreditarem que tais matérias cairiam no esquecimento durante tal período.

Verificamos que o ensino brasileiro prioriza os conteúdos de Português e Matemática, impondo uma carga horária excessiva destas disciplinas aos alunos. Vemos a todo o momento notícias sobre os péssimos índices da qualidade do nosso sistema de ensino, o que faz refletir sobre a eficiência dessa ênfase a esses conteúdos.

Reconhecemos a importância da Matemática e do Português para a formação dos nossos cidadãos, mas acreditamos que o melhor seria equalizar a grade curricular, oferecendo um número mais igualitário de horas/aulas por conteúdo, evitando assim o cansaço gerado pelo grande número de aulas ofertadas, diminuindo assim o interesse e o rendimento do educando. Devemos ensinar menos para ensinar melhor, talvez assim consigamos atingir a qualidade desejada na educação de nossos jovens.

O sistema de ensino público no Brasil certamente deve sofrer mudanças principalmente no que se refere ao aumento de recursos destinados à educação. O que observamos durante as várias décadas que se sucederam não é o aumento desses recursos, mas sim a sua realocação, tirando-se daqui para se por ali.

Mudar concepções, quebrar paradigmas, assumir papéis dos novos princípios da educação, ter postura ética e cidadã, são algumas das questões postas aqui para possibilitar essa reflexão. Acreditamos certamente que esse caminho será significativo para a formação de uma nova mentalidade da gestão e ação nas escolas.

Referências Bibliográficas

Assessoria de Comunicação - www.almg.gov.br. **Comissão discute grade curricular do Ensino Médio.** Disponível em: http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_737393.asp Acessado dia: 29/12/2010 às 14hr.

ARROYO, Miguel G. **Indagações sobre currículo: educando e educadores: seus direitos e o currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Quando a Escola se redefine por dentro. **Revista Presença Pedagógica**, nov/dez – 1995.

BUENO, Miriam Rezende de; CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de; SILVA, Rita Elizabeth Durso Pereira da; **CBC, Proposta Curricular, Secretaria de Estado da Educação**, Minas Gerais. 2005.

COSTA, M. **Estudos culturais – para além das fronteiras disciplinares.** Porto Alegre: Universidade/ UFRGS, 2000.

COSTA, Vilze Vidotti; **O trabalho dos pedagogos nos espaços educativos**, editora abdr, 2010.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de: **Indagações sobre Currículo – Currículo e Avaliação** - MEC/2008.

MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. Secretária de Educação Básica (Org.). **Currículo, Conhecimento e Cultura: documento em versão preliminar**, 2006.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: reflexão sobre a prática** . Porto Alegre: Artmed, 1998.

SEEESP. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Livro 1 – Brasília: MEC,1997.**

Anexo



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

LUIZ PAULO DO CARMO MOURA

Projeto Político Pedagógico
“Escola Estadual Deputado Renato Azeredo”

Belo Horizonte

2010

LUIZ PAULO DO CARMO MOURA

TURMA 05

Projeto Político Pedagógico
“Escola Estadual Deputado Renato Azeredo”

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Viviane Aparecida Rodrigues.

Belo Horizonte

2010

Agradecimentos:

Agradeço a direção da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, juntamente aos funcionários, professores, alunos pais e comunidade à construção do Projeto Político Pedagógico.

"Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra". (Anísio Teixeira)

Sumário

1) Introdução	5
2) Finalidades da Escola	7
3) Estrutura Organizacional	10
4) Currículo	14
5) Tempo Escolar	17
6) Processo de Decisão	19
7) Relações de Trabalho	21
8) Avaliação	23
9) Considerações Finais	28
10) Referências	30

1) Introdução

Tendo como objetivo a busca por novas perspectivas que ajudassem na construção e reconstrução de suas práticas educativas, a Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, elaborou o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Trabalhamos com ênfase em fomentar debates sobre a atual realidade da escola com o intuito de vivenciar e proporcionar maior envolvimento na ação educativa considerada responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

A Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, localiza-se a Rua das Indústrias, nº 690, bairro Novo Eldorado, município de Contagem-MG, CEP: 32341490, telefone: 33923600. Foi fundada em 10 de abril de 1985, com o objetivo de atender a demanda de alunos dos bairros: Novo Eldorado, Parque São João e adjacências. A Escola funciona em três turnos (com o Ensino Fundamental e Médio).

A nossa Escola possui uma grande área externa, em seu entorno existem conjuntos habitacionais (prédios), casas, ruas asfaltadas, o que facilita o acesso à escola mesmo em dias chuvosos, as ruas são bastante arborizadas. Próximo a Escola, existe uma praça que oferece inclusive lazer para os alunos que freqüentam a nossa escola, ela possui campo de futebol, quadra playground, pista de skate, pista de caminhada.

Procuramos construir o Projeto Político Pedagógico de nossa escola baseando-se em políticas democráticas e participativas na tentativa de construir um ensino de qualidade e fazendo com que a escola seja um espaço interligado com as novas tendências do capitalismo; tendências estas relacionadas com o

desenvolvimento social e econômico, auxiliando nossos alunos no ingresso ao mercado de trabalho.

Uma de nossas políticas de ensino é relevar atualidades tratadas nos testes acadêmicos, como por exemplo o Enem e vestibulares, fazendo uma interligação direta das disciplinas com esses temas e levando em consideração o uso de flexibilidade para atender a chamada sociedade da informação. Acreditamos que com sua implementação estaremos fortalecendo os laços entre todos que participam da escola, promovendo principalmente a motivação dos professores e alunos para atingirmos a qualidade de ensino desejada.

A construção do Projeto Político Pedagógico se deu de forma tranqüila, com a participação dos professores funcionários, equipe pedagógica, direção, alunos, e a comunidade, sendo que os alunos e a comunidade foram representados por membros do colegiado.

Durante as reuniões para a sua elaboração propomos objetivos, sendo o projeto político pedagógico o eixo norteador de uma gestão democrática e participativa, pois através dele é que estaremos discutindo e definindo normas de participação de todos os segmentos da escola no processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, bem como a democracia gerencial pretendida.

É essencial tornar-se claro que o processo pedagógico da E.E. Dep. Renato Azeredo é intencional, proporcionando a todos os alunos o desenvolvimento de suas capacidades, para que aprendam o conteúdo necessário para a vida em sociedade, e conseqüentemente melhorar a qualidade de ensino através do aprimoramento desse processo.

2) Finalidades da Escola

Várias são as leis, pareceres e resoluções que regulamentam o ensino básico nas escolas públicas. A Lei 9.394/96 Art.4º, diz que o dever do estado com a educação, será efetivado, com a garantia de ensino fundamental gratuito e progressiva obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, atendimento educacional especializado, atendimento gratuito em creches e pré-escolas, oferta de ensino noturno regular incluindo jovens e adultos, entre outros.

Além da LDB, a Resolução SEE nº521/04, dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais; tratando do calendário escolar, demanda e matrícula, da progressão, dos níveis e modalidades de ensino. Sendo assim, o ensino básico está assegurado por uma gama de legislações que tratam do assunto.

Ao realizar a produção do PPP, tivemos influencia de vários autores como Vidotti (2009), Navarro (2004) e Mello (2003), que nos passaram as informações necessárias para a criação de nossa política de ensino e formulação do mesmo. Dessa forma nos sentimos capazes e seguros para a criação de um PPP completo em todos os aspectos e capaz de informar todas as necessidades da escola, encaminhando-a à sua finalidade de uma gestão democrática e qualidade no ensino.

A escola possui como ênfase o Ensino Médio que vai consolidar os conceitos aprendidos e os não aprendidos no Ensino Fundamental. O nosso objetivo não é apresentar ao aluno uma infinidade de conteúdos, mas sim que ele aprofunde

naquilo que realmente irá fazer parte de seu crescimento social e intelectual. A nossa concepção de ensino está diretamente ligada a formação de cidadãos críticos participativos e preparados para enfrentar os desafios que a vida lhes oferece.

Nessa direção, nós da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, discutimos a ação dos sujeitos no interior da escola, destacando a necessidade de reconhecer que os profissionais da educação, alunos e pais constroem, ao longo de sua trajetória, diferentes identidades. Dessa forma tentamos promover o sucesso educativo de cada indivíduo, reconhecendo a educação como um ato social.

Com esse objetivo, nós educadores, pais e alunos, juntamente com o apoio da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; organizamos-nos para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado a proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral; tendo como objetivo aprofundar as relações interpessoais e de integração em grupo, favorecendo a comunicação e a cooperação.

Procuramos desenvolverr estratégias que impliquem o aluno na sua própria aprendizagem, proporcionando os meios para um saber contínuo e o gosto pelo conhecimento por meio de projetos culturais e a maior interação entre disciplinas que despertem tais interesses; estabelecer medidas e estratégias de intervenção diferenciadas, como a escolha da língua estrangeira à ser estudada e promover o acesso às novas tecnologias da informação (computadores).

Queremos construir uma identidade escolar mais igualitária, procurando excluir do seu cenário a violência, que tanto nos incomoda. Dessa forma procuramos criar mecanismos para que possamos na ação cotidiana, diminuir os conflitos existentes.

Através de projeto como o da “consciência negra”, que buscando o acontecimento histórico dos fatos ocorridos em épocas passadas, nos faz refletir sobre a questão da discriminação e da desigualdade. Realizamos também o projeto da semana do conhecimento onde são discutidos problemas do nosso cotidiano, e são oferecidas oficinas voltadas para o mercado de trabalho e palestras que

procuram focar a questão da violência, da ética, da moral e dos direitos e deveres dos cidadãos.

Continuando com esta parceria, escola e comunidade; ou seja, andando de mãos dadas estaremos mais seguros de tomar decisões com o objetivo de melhorar a qualidade na educação e ajudar a formar cidadãos conscientes, críticos, participativos, contribuindo desta forma para a formação futura de uma sociedade mais justa e mais humana.

Para atingirmos o objetivo de formar cidadão consciente, críticos e participativos, os professores além de ministrar os conteúdos obrigatórios de cada disciplina, discutem com seus alunos as questões que surgem a todo o momento no cotidiano de nossas vidas. A SEE não determina temas a serem discutidos pelos educadores, dessa forma por fontes atuais, discutem-se temas importantes que devem ser relevados.

Procuramos abordar a questão da violência doméstica onde a agressão as mulheres e as crianças se tornam cada vez mais comuns, a aversão ao estrangeiro (xenofobia) mostrando aos alunos que não se deve discriminar ninguém quer seja por sua nacionalidade, cor ou situação econômica.

A homofobia é outro tema discutido, conscientizando a todos que a opção sexual é individual e deve ser respeitada, inclusive dentro da escola. E principalmente discute-se o combate ao uso de drogas que consideramos ser hoje o inimigo número um a interferir na formação dos nossos alunos bem como a gravidez precoce que também é um problema sério.

Para tratarmos dessas questões nos utilizamos das conversas em sala de aula, de filmes que abordem os temas referidos de trabalhos em grupo procurando sempre a integração e incentivando o coletivo, pesquisas e palestras com pessoas especializadas nos assuntos ou que já tiveram em suas vidas alguns dos problemas mencionados.

São realizados debates para que os alunos demonstrem as suas expectativas e opinem sobre os problemas sociais, econômicos, políticos, e culturais que envolvem o mundo e principalmente o nosso país.

Desta forma através dos projetos já mencionados e das discussões feitas em sala de aula sobre os vários problemas existentes, mantemos nossos alunos sempre informados e participativos, procurando alcançar assim a formação desejada e a sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária.

3) Estrutura Organizacional

A escola está estruturada administrativamente da seguinte forma:

Nível de ensino	Turno Alunos	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	TOTAL
		6ª - 9ª ANO	1º- 3º ANO	
Manhã		0	425	425
Tarde		240	-	240
Noite		-	398	398
TOTAL		240	823	1063

Número de professores atuando no ensino médio: 64

Número de professores atuando no ensino fundamental (6° ao 9° ano): 10

Total de professores atuando na escola: 74

Numero de orientadores educacionais: 01

Número de supervisores educacionais: 03

Vice diretores: 02

Bibliotecários: 03

Número de auxiliares de secretaria: 05

Secretaria: 01

Auxiliar de serviços gerais: 16

Divisão dos Turnos

Turno da manhã:

6 turmas de 1° ano médio com 241 alunos - (12 professores por turma)

3 turmas de 2° ano médio com 112 alunos - (11 professores por turma)

3 turmas de 3° ano médio com 72 alunos - (9 professores por turma)

Total: 425 alunos

Carga Horária: 4 horas e 30 minutos

Turno da Tarde

2 turmas de 6° ano fundamental com 80 alunos - (9 professores por turma)

2 turmas 7ºano fundamental com 80 alunos - (9 professores por turma)

1 turma de 8ºano fundamental com 40 alunos - (9 professores por turma)

1 turma de 9ºano fundamental com 40 alunos - (9 professores por turma)

Total: 240 alunos

Carga horária: 4 horas e 30 minutos

Turno da noite

5 turmas de 1ºano médio com 200 alunos – (12 professores)

3 turmas de 2ºano médio com 118 alunos – (11 professores)

2 turmas de 3ºano médio com 80 alunos – (9 professores)

Total : 398 alunos

Carga Horária: de 4 horas

A Escola é composta por 12 salas de aula, 1 laboratório, 1 biblioteca, 1 sala de professores. 1 sala de supervisão, 1 sala para Direção, 1 sala de pessoal, 2 banheiros para professores (masculino e feminino), banheiro para alunos (masculino e feminino), 1 quadra coberta e um campo de futebol terra batida.

A escola não possui ainda um número satisfatório de funcionários, pois não conta com especialistas, como psicólogos, enfermeiros, psiquiatras, para tratar com a questão dos alunos de inclusão. A arquitetura do prédio também não favorece a esses alunos, sendo necessário que haja reformas para que tenha condição de atender, por exemplo, cadeirantes.

O mobiliário é antigo e já não atende as necessidades da mesma. Os recursos financeiros recebidos nunca são suficientes para atender a demanda da escola, o que faz com que procuremos completá-la com ajuda da comunidade.

Estrutura pedagógica:

A escola está estruturada pedagogicamente da seguinte forma: a equipe pedagógica que é composta por quatro pedagogos, sendo que desenvolvem os seguintes trabalhos:

- Participam da formulação e reformulação do PPP.
- Desenvolvem o PPP de acordo com realidade social da escola.
- Coordenam a elaboração do currículo pleno abrangendo a comunidade escolar.
- Assistam os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos adequados ao alcance dos objetivos curriculares.
- Avaliam o trabalho pedagógico, participando como o corpo docente do processo de avaliação e análise dos resultados, visando a reorientação de sua dinâmica.
- Participam da elaboração do calendário.
- Desenvolvam o trabalho pedagógico da escola, com base nas manifestações culturais.
- Participam ativamente da promoção de todas as atividades da escola.

A parte pedagógica da escola tem papel fundamental na articulação do desenvolvimento pleno das várias atividades que são realizadas e proporcionadas pela escola, como por exemplo festas, dias escolares, realização de projetos culturais e integração da escola com a família do aluno.

As ações pedagógicas partem do diagnóstico realizado com os alunos no início de cada ano, a partir daí detectadas as dificuldades a equipe pedagógica inicia o seu planejamento estabelecendo metas, expectativas e prazos para amenizar as dificuldades pré-estabelecidas, bem como, a elaboração de projetos que venham a contribuir para sanar as deficiências que foram encontradas.

O diagnóstico é realizado, como foi dito, no início de cada ano, onde os alunos passam por uma prova de português, matemática e conhecimentos gerais nas quais eles devem comprovar o conhecimento mínimo para poder prosseguir no ano letivo. Através desse diagnóstico as ações acima citadas são colocadas em prática.

No caso do aluno não acompanhar as atividades propostas fica a cargo dos pedagogos informarem à família, e desenvolver integrado a eles uma nova forma de ajudar. Os alunos também possuem autonomia para procurá-los em caso de alguma dúvida quanto ao processo escolar, como por exemplo, a agenda de atividades no decorrer do ano, informar situações de dificuldade em disciplinas e problemas com professores.

A pedagogia de projetos, elaborada pelos professores e pedagogos com base em nossa realidade, tem importância relevante, pois é através dos projetos desenvolvidos que podemos aproximar as aulas ministradas da vida prática que nossos alunos levam. Ao desenvolver projetos há uma integração de alunos e professores maior e mais clara. São através destes que temos capacidade de acompanhar o desenvolvimento extra classe de nossos alunos e acompanhar pedagogicamente seus avanços e dificuldades.

4) Currículo

O currículo é um instrumento educacional relativo à aprendizagem escolar. Este é organizado de forma a orientar as atividades educativas realizando-as de acordo com uma finalidade. O currículo busca concretizar as atividades escolares de acordo com as necessidades sociais e culturais que envolvem a escola.

Segundo Moreira (2002, p 112), “As reflexões e discussões sobre currículo não podem deixar de recorrer aos documentos oficiais.”. Sendo assim, nos utilizamos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9394/96 dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Currículo Básico Comum (CBC) (2005) para tratarmos do assunto.

A Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, vê no currículo um instrumento que propicia a formação da pessoa. Ele é elaborado com intuito de fornecer aos alunos conhecimento suficiente para prestar o vestibular bem como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre outros. Dentre os aspectos educativos, vê-se a possibilidade da formação de cidadãos críticos capazes de perceber os problemas sociais, e a partir disto criar iniciativas para que sejam feitas as mudanças necessárias dentro da sociedade.

Nosso currículo contempla uma base comum nacional, e uma base diversificada de conteúdos. Na base comum apresenta uma seleção intencional de conteúdos visando a busca de saberes e conhecimentos, sendo ministrado no primeiro ano todas as disciplinas previstas no CBC, porém no segundo ano apenas às disciplinas curriculares referentes às ciências humanas e no terceiro referentes às ciências exatas.

Essa ênfase leva em conta a característica, o interesse e a necessidade da clientela. A escola faz a sua opção por uma estrutura curricular que aborde uma das áreas do conhecimento, humanas, biológicas ou exata.

A SEE estabelece previamente todos os conteúdos que deverão ser ministrados no ensino estadual de Minas Gerais. São definidas por eles quais matérias farão parte de cada ano dos ensinos Médio e Fundamental. É sugerido o tempo de cada aula, mas fica a cargo da gestão escolar decidir essa organização; sendo cobradas apenas as horas estabelecidas pela LDB.

Na diversificação de conteúdos a escola oferece o inglês e o espanhol, dando ao aluno a possibilidade de fazer a opção entre um das duas, sendo dado a eles previamente um esclarecimento sobre o que cada língua pode oferecer em possibilidades de mercado de trabalho, fazendo com que a escolha seja imparcial.

A definição do currículo para o ensino fundamental e médio é baseado no CBC criado para atender a rede estadual de ensino. O CBC foi criado entre os anos de 1997 e 1998 pelos gestores da administração pública, cuja principal proposta é o estabelecimento de um programa curricular unificado e obrigatório para todas as escolas da rede estadual.

Em 2003 e 2004, o documento teve sua versão preliminar discutida por professores participantes do *Projeto Escolas-Referência* e em 2005, foram apresentadas a todos os professores. O CBC é utilizado como parâmetro para as escolas da rede estadual padronizarem seus currículos estando em um mesmo nível de ensino.

No CBC estão expressos os aspectos fundamentais, de cada disciplina, que não devem deixar de ser ensinados e também estão indicadas as habilidades e competências que ele deve adquirir e desenvolver dentro de cada conteúdo. Tais competências e habilidades de cada matéria estão expostas na biblioteca da escola e cada professor tem a disponibilidade para lê-lo.

Competência e habilidade, segundo Mello (2003 p. 56), “é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação”. A idéia de mobilização implica pensar em algo prático, de forma em que a atitude dos professores diante da forma de ministrar os conteúdos seja proveitosa. Sobre isso Mello (2003 p.57) também chama a atenção afirmando que “a competência só pode ser construída na prática. Não só o saber, mas o saber fazer. Aprende-se fazendo, numa situação que requeira esse fazer determinado”.

Desta forma além de constar conteúdos e aspectos fundamentais de cada disciplina o CBC se mostra flexível, pois, admite a introdução de novos conteúdos, bem como os temas transversais para garantir a formação do cidadão, onde serão tratados assuntos como orientação sexual, meio ambiente, saúde e ética.

Esses projetos interdisciplinares envolvem a coordenação, professores e alunos, além disso, a sua utilização é a base para a elaboração da avaliação anual do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB) e para o Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar (PAAE) e para o estabelecimento de um plano de metas para a escola, que através de diagnóstico realizados no início de cada ano possibilitou a direção realizar um acordo de resultados junto a SEE no sentido de melhorar a qualidade de ensino.

A escola procura desenvolver um currículo atualizado e interdisciplinar o que vai possibilitar alcançar resultados satisfatórios no processo de ensino e

aprendizagem, tornando os alunos cidadãos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade contemporânea.

5) Tempo Escolar

A escola procura organizar o tempo escolar de forma flexível, equacional e produtiva observando os duzentos dias letivos que são estabelecidos em lei. No início do ano letivo realizamos o planejamento escolar, os professores de cada disciplina se reúnem para discutir quais os conteúdos que serão ministrados no decorrer do ano letivo sendo que os mesmos são subdivididos em quatro bimestres.

O tempo flexível é garantido pelo cumprimento do módulo II , amparado nos planos curriculares baseados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A

direção garante quando necessário a utilização desses tempos com o objetivo de sanar problemas que possam ocorrer na parte pedagógica, como aprendizagem do aluno e disciplina. As reuniões são programadas mensalmente, que é estabelecido em um sábado de cada mês para que os professores planejem seus planos de aula e projetos a serem desenvolvidos.

Tanto o Ensino Médio quanto o Fundamental, se organizam em anos. No Ensino Médio são oferecidos três anos e no Ensino Fundamental trabalhamos apenas com os anos finais que vai do sexto ao nono ano. A SEE disponibiliza verba suficiente para oferecermos a comunidade apenas os últimos anos no ensino fundamental, tendo como argumento que no bairro Eldorado, onde a E.E. Dep. Renato Azeredo se situa, existem escolas públicas municipais suficientes para atender as crianças da comunidade.

A organização do tempo escolar tanto para o ensino fundamental quanto o médio é estabelecida em 200 dias letivos, sendo 100 dias no primeiro semestre e 100 dias no segundo semestre, totalizando uma carga horária de 833:20 horas anuais em 40 semanas letivas.

A escola se organiza em turnos sendo eles matutino, vespertino e noturno; que se dispõe da seguinte forma:

- Matutino: Possui alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. Início da aula às 7 horas e término às 11h30min com intervalo de 09h30min as 09h50min.

-Vespertino: Possui alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Início da aula às 13 horas e término às 17h30min com intervalo de 15h30min as 15h50min.

-Noturno: Possui alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. Início das aulas às 18h30min e término às 22h40min com intervalo de 20h30min as 20h50min.

O calendário escolar é pré-estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), e posteriormente fazemos sua adaptação inserindo no mesmo os projetos que serão elaborados ao longo do ano letivo bem como as atividades que são relativamente para alunos e a comunidade. O novo calendário é feito com a

participação de toda a equipe escolar no sentido de tentar torná-lo mais eficiente no funcionamento da instituição.

De acordo com esses fatos observamos que nosso tempo escolar é bastante flexível permitindo reuniões periódicas para cuidarmos do planejamento didático ou de eventuais problemas que venham a ocorrer durante o desenvolver do ano letivo. Os momentos de planejamento são organizados pela equipe pedagógica que os faz mediante as necessidades que por ventura venham a ser exigidas.

O corpo docente da escola prefere o sistema trimestral o que possibilitaria um tempo maior para a elaboração de projetos e sua execução. Reunimo-nos elaborando um ofício que foi enviado para a SEE, mas a mesma não acenou com a possibilidade de ocorrer tal mudança.

6) Processo de Decisão

A escola procura sempre desenvolver estratégias adequadas para valorizar uma gestão democrática, autônoma e com capacidade gerencial estimulante; estratégias essas que passam pela participação dos vários segmentos da escola no sentido de se tomar o caminho correto nas decisões a serem seguidas.

Dentro do processo de decisão a direção delibera, escuta e apóia todos os que estão envolvidos com a construção de uma escola formadora de cidadãos críticos e conscientes da sua contribuição para uma sociedade melhor.

Para garantir a imparcialidade das tomadas de decisões, contamos com o colegiado que tem como membros todos aqueles segmentos que participam da escola. Dentre as competências do colegiado estão:

- aprovar e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico.
- aprovar o calendário e plano curricular da escola;
- avaliar as ações desenvolvidas pela escola;
- indicar nos termos de legislação vigente, servidores para o provimento do cargo de diretor e para exercício da função de vice-diretor nos casos de invocação e afastamento temporários;
- indicar representantes para compor a comissão de avaliações de desempenho dos servidores, observando a legislação vigente;
- propor parcerias entre a escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONGs);
- propor a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola e acompanhar a sua execução;
- aprovar a proposta de aplicação dos recursos financeiros geridos pela caixa escolar e referendar a prestação de contas feita pelo conselho fiscal.
- opinar sobre a adoção de medidas administrativas ou disciplinares em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais da educação e alunos no âmbito da escola.

O colegiado é convocado todos os meses e nessas reuniões são prestados os esclarecimentos necessários para que haja transparência na gestão da escola, como o colegiado possui membros de todos os segmentos não vemos necessidade de outros grupos dentro da tomada de decisões. Todos os representantes são

convocados às reuniões, e tem como obrigação o comparecimento, pois os dias das reuniões são contados como escolares.

As reuniões são feitas de forma organizada para que todos tenham o direito de expor idéias e críticas. A direção da escola tem autonomia para escolher os temas levados à debate, acatar decisões e desenvolver idéias levadas pelos representantes do colegiado.

O colegiado é uma forma de representar toda a comunidade escolar, e todas as pessoas que o compõe são informadas dos problemas enfrentados pela escola tornando-se representantes de todos os desejos, idéias, dúvidas e problemas dessa comunidade. Dessa forma garantimos que a tomada de decisões seja feita de maneira democrática, onde todos tem acesso (por meio de seu representante) a interferir nesse processo; porém o colegiado por si só não garante que as decisões sejam democráticas, haja vista que a SEE mandou que o colegiado aprovasse em ata a divisão do ano em bimestres e não em trimestres. Sendo este um exemplo de decisão que foge da capacidade de decisão do próprio colegiado.

A escola é visitada periodicamente pelo serviço da inspeção escolar que procura sempre verificar, inspecionar e tirar duvidas sobre o cumprimento das resoluções, sem se tornar um entrave no andamento da escola.

Sempre que observamos falhas no processo de tomada de decisão procuramos consultar as pessoas e os órgãos competentes enviando ofícios que seriam respondidos posteriormente.

Acreditamos que com uma maior participação da SEE na realidade da escola, vários problemas seriam resolvidos com uma menor burocracia e mais flexibilidade. Lavrar em ata os fatos que devem ser mudados é diferente de se ver o real problema dando a ele a importância que se deve. A E. E. Dep. Renato Azeredo espera que com próximos governos o acompanhamento da SEE seja mais presente e participativo.

7) Relações de Trabalho

A E.E.Dep. Renato Azeredo tem como objetivo a socialização de seus servidores, para que haja uma relação de trabalho cordial. As relações de poder e a desvalorização dos docentes provocada pelos vários governos geram tensões e

insatisfações, procuramos valorizar o trabalho coletivo e a ética profissional. Buscamos superar todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão com o estabelecimento de uma prática pautada no diálogo e na compreensão das diferentes opiniões.

Contamos com um grupo de professores e funcionários que são participativos e solidários. Em todas as reuniões realizadas pelo grupo, abrimos espaço para a confraternização e é nesses espaços que colocamos nossos problemas e anseios. Buscamos nas relações de trabalho uma maior autonomia da direção da escola, afinal uma vez que as realidades educacionais se tornam cada vez mais complexas e a SEE incapaz de dar respostas a essa realidade tão diversificada, temos dentro da escola uma possível solução.

Muitas vezes recorrer a SEE para levar um problema da escola torna-se complicado e demorado, pelo fato de toda burocracia necessária e por serem levados diariamente problemas de escolas de todo o Estado. Sendo assim, procuramos dentro da escola, na união do colegiado com a direção a solução para esses problemas. Para que seja possível a autonomia da direção é necessária uma maior participação do corpo docente, pois sua responsabilidade aumenta na proporção em que se descentraliza o poder.

Para que a escola funcione em harmonia é necessário que cada segmento cumpra com suas obrigações de maneira eficiente. A secretaria cuida da parte burocrática mantendo, a escrita da escola, os pedidos de benefícios dos funcionários e a documentação dos alunos sempre atualizados. Os auxiliares de serviços gerais cuidam da limpeza manutenção do mobiliário e da cantina onde é feita a merenda escolar. A equipe pedagógica e o corpo docente cuidam do processo de ensino e aprendizagem dos alunos

As situações de conflito, que por ventura podem ocorrer são inicialmente resolvidas pela coordenação e vice-direção que através de conversas e com o auxílio das famílias dos envolvidos tentam resolver a situação. Quando o caso é julgado mais grave, a escola comunica ao conselho tutelar que fica encarregado de tomar providencias. Quando ocorrem conflitos entre servidores a equipe pedagógica

tenta resolvê-los, caso não haja solução o conflito é levado à direção que tenta resolvê-lo da melhor forma possível.

O tratamento cordial, a transparência e o “saber ouvir” por parte da direção trás um clima agradável entre professores, funcionários e alunos, clima este que é percebido pelos alunos, refletindo diretamente nos resultados obtidos nos últimos anos como: bom comportamento e melhoria no desempenho da maioria de nossos alunos.

Não existe uma política de formação continuada dos profissionais de educação do Estado de Minas Gerais. No atual plano de carreira vê-se uma valorização dos mesmos uma vez que adota remuneração diferenciada para quem possui maior graduação, fazendo assim com que se busque essa maior formação fora da escola.

8) Avaliação

Para se pensar na avaliação escolar, é importante saber que muitas são as forças que interferem diretamente no processo de avaliar, como por exemplo a forma como os conteúdos foram abordados, as relações entre a escola e a família bem como as condições de trabalho a que estão submetidos os professores.

A Escola Estadual Renato Azeredo realiza a avaliação dos alunos de forma qualitativa e quantitativa ao decorrer do ano letivo, sendo assim, a cada etapa os alunos são avaliados quanto ao seu desempenho, por meio de notas, de acordo com cada conteúdo desenvolvido. O ano letivo é dividido em quatro bimestres sendo divididos vinte e cinco pontos totalizando cem pontos, dos quais os alunos devem atingir a média de 60%, sendo sessenta pontos.

Ao final do ano letivo a escola oferece ao aluno que não atingiu as metas necessárias uma avaliação especial que recebe o nome de estudos autônomos tendo como foco a aprendizagem e a promoção do aluno. Caso o mesmo ainda não tenha atingido os objetivos, receberá uma orientação do professor sobre o conteúdo que não ocorreu a aprendizagem para que ele seja novamente avaliado.

A recuperação é realizada de forma paralela, onde toda a atividade em que o aluno não alcançou o aproveitamento mínimo será repetida, porém essas atividades são modificadas, mas mantendo a sua essência. Na recuperação paralela procura-se reconhecer o que o aluno aprendeu e reforçar os objetivos que não foram alcançados, são desenvolvidas atividades em um nível de dificuldade média sendo formulados pelo professor. O aluno tem direito de ser promovida à série seguinte mesmo que não tenha obtido êxito em todas as disciplinas, podendo ficar em regime parcial de até dois conteúdos (dependência).

Através da resolução (nº21/04 - SEE) e ofício circular (nº198/04 – SEE) os estudos orientados ao longo do primeiro semestre, serão praticados da seguinte forma:

1º) O Especialista (supervisor/orientador) fará um levantamento junto o pessoal que trabalha na Secretaria da escola dos alunos (ano e disciplina) que após os estudos independentes de férias não alcançaram êxito em até duas disciplinas.

2º) Ata de Planejamento da Progressão Parcial – Estudos orientados ao longo do 1º semestre: O Especialista (Supervisor/ orientado) o Diretor(a) farão uma reunião no mês de fevereiro onde indicarão os professores que serão responsáveis pelo acompanhamento dos alunos que submetidos à Progressão parcial por ano (série) e disciplina.

Deverá ser lavrada a ata desta reunião no livro próprio para acompanhamento da Progressão Parcial, constando os itens especificados no parágrafo anterior, e nesta reunião os professores receberão impressos do Plano Individual Para Atendimento da Progressão Parcial- Estudos Orientados 1º Semestre, para preenchimento e entrega ao Supervisor Pedagógico em data pré-estabelecida.

Todas as informações acima descritas deverão constar na ata que será assinada pelo Supervisor Pedagógico, Diretor(a) e professores.

3º) O Especialista (Supervisor/Orientador) entregar a ao pai ou responsável pelo aluno menor de idade o Plano Individual para Atendimento da Progressão Parcial, onde constarão as datas para entrega do trabalho, atividade e prova.

O Plano Individual para Atendimento da Progressão Parcial deverá ser feito em 03 vias: 01 para o professor, 01 para o supervisor pedagógico e 01 para o pai ou responsável pelo aluno.

4º) Ata de Resultados da progressão Parcial – Estudos Orientados ao longo do 1º semestre. No mais tardar, os trabalhos da progressão parcial – estudos orientados 1º semestre deverão ser fechados no mês de julho, onde será lavrada uma ata no livro próprio da progressão parcial constando os resultados do aproveitamento de cada aluno. Todos os recursos pedagógicos avaliativos do aluno que concluiu com êxito a progressão parcial deverão ser arquivados na pasta individual do aluno.

Observação: Os alunos que não conseguirem êxito nesta etapa, serão submetidos aos estudos independentes da progressão parcial no segundo semestre.

Através da resolução (nº521/04 - SEE) e ofício circular (nº198/04 – SEE) os estudos orientados ao longo do segundo semestre, serão praticados da seguinte forma:

1º) O especialista (orientador/supervisor) relacionará os alunos que não obtiveram êxitos nos Estudos Orientados ao longo do 2º semestre (ano e disciplina)

2º) Ata de Planejamento da Progressão Parcial – Estudos orientados ao longo do 2º semestre: O Especialista (Supervisor/Orientador) e o Diretor(a) farão uma reunião no mês de agosto onde indicarão os professores que serão responsáveis pelo acompanhamento dos alunos que submetidos à Progressão parcial por ano (série) e disciplina.

Deverá ser lavrada a ata desta reunião no livro próprio para acompanhamento da Progressão Parcial, constando os itens especificados no parágrafo anterior, e nesta reunião os professores receberão impressos do Plano Individual para atendimento da Progressão Parcial- Estudos Orientados 2º Semestre, para preenchimento e entrega ao Supervisor Pedagógico em data pré-estabelecida.

Todas as informações acima descritas deverão constar na ata que será assinada pelo Supervisor Pedagógico, Diretor(a) e professores.

3º) O Especialista (Supervisor/Orientador) entregar a ao pai ou responsável pelo aluno menor de idade o Plano Individual para Atendimento da Progressão Parcial, onde constarão as datas para entrega do trabalho, atividade e prova.

O Plano Individual para Atendimento da Progressão Parcial deverá ser feito em 03 vias: 01 para o professor, 01 para o supervisor pedagógico e 01 para o pai ou responsável pelo aluno.

4º) Ata de Resultados da progressão Parcial – Estudos Orientados ao longo do 2º semestre. No mais tardar, os trabalhos da progressão parcial – estudos orientados 2º semestre deverão ser fechados no mês de julho, onde será lavrada uma ata no livro próprio da progressão parcial constando os resultados do aproveitamento de cada aluno. Todos os recursos pedagógicos avaliativos do aluno

que concluiu com êxito a progressão parcial deverão ser arquivados na pasta individual do aluno.

Observação: Os alunos que não conseguirem êxito nesta etapa reiniciarão no próximo ano letivo, todo esse processo.

Alerta: Nenhum aluno com pendência na progressão parcial poderá concluir o nível de ensino em que se encontra.

A avaliação qualitativa é feita ao final de cada bimestre pelo conselho de classe, que irá analisar a situação de cada um e do grupo. Com o resultado das avaliações externas a escola prepara um Plano de Intervenção Pedagógico (PIP) com o objetivo de sanar as dificuldades dos alunos. Como exemplo de intervenções pode-se citar as olimpíadas de matemática, concurso de redação e crônicas.

O corpo de funcionários da escola, nomeados e efetivados pela Lei Complementar nº100 (Le-100) passam pela Avaliação do Desempenho Res. Nº 7110/09. É formada uma comissão que conta com um presidente e três membros sendo um indicado e dois eleitos. Essa comissão irá fazer a avaliação anual dos servidores onde são observados vários aspectos como assiduidade, compromisso, competência, capacidade de desenvolver os objetivos e as metas bem como o relacionamento interpessoal.

A avaliação de desempenho nos foi colocada pelo governo, entendemos que ela pode atuar como uma faca de dois cumes uma vez que ela pode tanto beneficiar como prejudicar a vida dos funcionários. Sendo assim, nós da E.E. Dep. Renato Azeredo vemos na avaliação de desempenho uma forma de pressão da vida funcional.

O processo de avaliação de desempenho será revisto pelo governo, segundo informações que chegaram até nós. Sendo assim, a discussão sobre as novas normas serão discutidas no próximo ano de 2011.

Recebemos as avaliações de caráter externo com insegurança uma vez que os resultados obtidos no parecem não corresponder à realidade, pois apesar de instruímos os alunos da importância dessas avaliações, grande parte do alunado

faz tais provas de forma desleixada. Mas acreditamos que o ensino deve ser avaliado e estas provas fazem parte do processo.

A decisão para que sejam realizadas essas provas foge à autonomia da escola, nos sendo obrigação aplicá-las. O colegiado propôs um projeto de incentivo ao aluno para sua realização. Dessa forma se for obtido um bom resultado será realizado um evento em benefício aos alunos. Acreditamos que assim conseguiremos atingir uma avaliação real da produtividade de nosso trabalho.

9) Considerações Finais

Foi com o objetivo de buscar novos caminhos que ajudassem na construção de práticas educativas que a E. E. Dep. Renato Azeredo elaborou o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

O PPP é um documento construído com objetivo de registrar a organização escolar. Contamos com a participação de todos os segmentos que envolvem a escola; sendo assim, o PPP traz consigo os anseios da comunidade escolar. Ele tem o propósito de contribuir para o aprimoramento do trabalho pedagógico diante do novo paradigma de organização educacional que chamamos gestão democrática.

A nossa proposta principal é oferecer argumentos teóricos, técnicos e pedagógicos, destacando a importância dos mesmos, para a construção de um projeto de educação que leva em consideração as necessidades da clientela que atendemos face à economia globalizada que o capitalismo nos impõe.

Em sua elaboração procuramos ouvir todos os seguimentos da escola e os desejos de pais e alunos. Desejos estes quanto à qualidade de ensino, a qualificação de professores, a melhoria da estrutura física da escola, e o desejo de colaborar e participar na estruturação de uma educação de qualidade.

Temos certeza que a construção de uma nova escola não só passará pela melhoria de suas condições estruturais e físicas, mas por uma transformação na sua proposta político-pedagógica e na alteração das suas relações de trabalho.

Queremos que a participação e a autonomia não se limitem a proposta de projetos estabelecidos em documento, queremos que essa transformação seja sentida em toda comunidade escolar portando de nossa realidade, nosso cotidiano e de nosso contexto histórico. Desta forma podemos entender que a gestão

democrática irá implicar na efetivação de processos que se fundamentam em uma dinâmica que favorecerá o empenho de esforços coletivos e participativo das decisões.

Sabemos que ainda temos muito que fazer, conquistando novos espaços e propondo novos objetivos. Existe um desafio grande posto a nossa frente, o qual é fazer de nossa escola um local agradável, participativo e democrático visando sempre à melhoria da qualidade de nosso sistema de educação

10) Referências:

AZEVEDO, Janete Maria Lins de - [Conselho escolar: Participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola.](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4_sala_politica_gestao_escolar/conselho_esc_autonomia.pdf)
http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4_sala_politica_gestao_escolar/conselho_esc_autonomia.pdf // acessado em 1 de setembro de 2010 as 13h30min.

BARBIER, J. M.. A avaliação em formação. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

_____. A elaboração de projetos de acção e planificação. Porto: Porto Editora, 1993.

BOURDIEU, P. Sistemas de enseñanza y sistemas de pensamiento. In. SACRISTÁN, J.G. e PÉREZ GÓMEZ, A.L. (orgs.). La enseñanza: su teoría y su práctica. 2ª ed. Madrid: Akal/Universitária, 1985, pp.20-30.

BRASIL. Lei Federal nº 9394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional: promulgada em 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Editora Brasil, 1997.

BUENO, Miriam Rezende de; CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de; SILVA, Rita Elizabeth Durso Pereira da; *CBC, Proposta Curricular, Secretaria de Estado da Educação, Minas Gerais.* 2005.

COSTA, Vilze Vidotte; *O trabalho do pedagogo nos espaços educativos*, São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2009.

MELLO, Guiomar Namó. *Afinal, o que é competência?* Nova Escola, nº 160, março de 2003.

MOREIRA, Antonio Flavio e CANDAU, Vera Maria. Secretaria de Educação Básica (org.) Currículo, conhecimento e Cultura: Documento em versão preliminar. 2006.

NAVARRO, Ignez Pinto. *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

OLIVEIRA, José Ferreira de - [Gestão financeira descentralizada: Planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos](#).

http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4_sala_politica_gestao_escolar/gestao_fin_descentralizada.pdf //acessado em 1º de setembro de 2010 às 13h00min.

PDE, *Plano de Desenvolvimento da Escola*, FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Governo Federal.

Editora: Fundescola. Brasília 2006.

SILVA, Jacqueline Moreno Theodoro; *Relações Sociais e Organização do Trabalho Escolar*. 2008.

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2120--Int.pdf>

acessado em 6 de outubro de 2010 às 14h00min.

